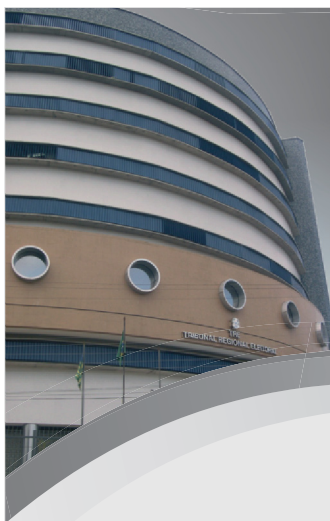




Ano 5 • n. 5
Teresina-PI – 2013/2014
ISSN 2176-6959

REVISTA
ELEIÇÕES
& *Cidadania*



A experiência bipartidária piauiense: uma análise da Arena e do MDB

Joana Neta ¹

Introdução

Este artigo pretende abordar os partidos políticos no Brasil, de forma mais específica, os partidos no contexto do “bipartidarismo” no Piauí, nos anos de 1964 a 1979, cronologia que cobre todo o período em que o sistema “bipartidário” vigorou durante o regime militar.

O estudo dos partidos políticos sempre teve papel de destaque dentro da Ciência Política brasileira, eles foram e são objetos de estudos de inúmeros trabalhos. Na maioria dessas pesquisas, as análises buscam compreender a influência dessa organização política para o desenvolvimento da democracia representativa². Grande parte desses estudos³ é de fins da década de 1980 e início dos anos 1990, quando o país saía de um regime político autoritário e caminhava rumo a um Estado com características mais democráticas, com eleições diretas para todos os cargos eletivos, liberdade de expressão e de organizações sociais, além de também de organização em uma multiplicidade de partidos. O tom da maioria desses trabalhos é justamente a questão partidária e sua influência no desenvolvimento da democracia.

Dito isto, e embora muito já se tenha falado sobre o regime mili-

1 Joana Neta é graduada em História pela UFPI e mestra em Ciência Política, também pela UFPI.

2 Na democracia representativa há a presunção de que a vontade representativa é a mesma vontade popular, assim, para Mill (1981, p. 47), “nas comunidades que excedem as proporções de um pequeno vilarejo, é impossível a participação pessoal de todos nos negócios públicos, o tipo ideal de um governo perfeito só pode ser o representativo”.

3 Como exemplo disso, temos os trabalhos de Lamounier e Meneguello (1986), Partidos políticos e consolidação democrática; Lavareda (1991), A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro entre 1965 e 1964; Motta (1996), Partido e sociedade; Kinzo (1988), Oposição e autoritarismo, gênese e trajetória do MDB, 1966/1979.

tar⁴, pouco se conhece sobre os partidos políticos que atuaram nesse período, e menos ainda são os trabalhos sobre essa temática, analisando o caso piauiense. Assim sendo, este estudo buscará elucidar a sistemática de atuação dos dois partidos que compuseram as eleições durante esse período do “bipartidarismo”, o qual assistiu à quatro eleições proporcionais, de 1966, 1970, 1974 e 1978 para a Câmara Federal e assembleias estaduais; e quatro eleições majoritárias para o Senado, também em 1966, 1970, 1974 e 1978; e às eleições indiretas para os Executivos federal e estadual⁵.

Esse período ditatorial⁶ dentro da Ciência Política e da historiografia brasileira é discutido sob diversos olhares e perspectivas. No entanto, é em Thomas Skidmore (1985) que este trabalho recorre para, a partir da centralidade contida em sua visão sobre o regime militar, afirmar que seria impreciso assegurar se o movimento fora um golpe rasteiro ou uma revolução. Entretanto, com base nesse autor, sabe-se que a queda de Jango fora ocasionada por uma conspiração militar, com anuência das elites civis, e fora da ordem legal.

Após 31 de março de 1964, o novo regime militar, uma vez no poder e havendo pouco esforço que viesse a comprometer ou bloquear a ação golpista, os militares resolvem organizar-se para governar sem morosidade e descrédito para com a investida militar e é, então, que começam a recrudescer o regime com a publicação de Atos Institucionais. Os mais relevantes para este trabalho ou, melhor dizendo, os atos fundantes que norteiam este artigo são o Ato Institucional n. 2, que entre outras disposições, extingue o então multipartidarismo vigente, e o Ato Complementar n. 4, que institui novas regras para a formação dos novos partidos políticos.

4 CASTELO BRANCO (2007); GASPARI (2002); DREIFUSS (1981); FREITAS (2010); JAGUARIBE (1974); MEDEIROS(1996); OLIVEIRA (2007); SILVA (2010); SKIDMORE (1985).

5 Para este estudo, analisaremos as eleições para a Assembleia Estadual, Câmara Federal e Senado, em que a disputa eleitoral vigorou, uma vez que para o cargo de governador não havia competição em eleições, mas sim, indicações, que partiam da cúpula do regime militar.

6 Para Luís Salgado de Matos (2004), é frequente a definição de ditadura como poder pessoal ligado a um ditador. Essa caracterização é uma herança que vem desde os tempos de César e Napoleão, dois grandes ditadores. Há, porém, segundo ele, ditaduras impessoais e sem ditador personificado; é o caso, entre outros, da brasileira (1964), cujo sujeito era a instituição, a qual nunca autorizou um general se sobressair dos demais.

A consequência do AI n. 2 e do AC n. 4⁷, que inauguram o “bipartidarismo” no Brasil, associado às experiências vividas por grupos políticos piauienses que atuaram nesse período dentro desse sistema partidário, é o que dá origem ao objeto de estudo desse trabalho.

Para esse trabalho, serão analisadas as eleições no período de 1966 a 1978, enfatizando as disputas para a Assembleia Estadual, Câmara Federal e Senado, uma vez que são nesses pleitos em que ocorreram disputas eleitorais de fato, e por este motivo, pode-se fazer uma análise mais uniformizada e global da política partidária do Piauí nesse período⁸.

Algumas considerações sobre partidos e bipartidarismo

As transformações impostas pelos militares em relação aos partidos não chegaram a aniquilar o sistema partidário vigente, apenas transformaram a multiplicidade de partidos então existentes em apenas dois blocos de representatividade, que foi o sistema de “bipartidarismo”. A forma como o, já comentado, AC n. 4 instituiu as normas para a formação das novas legendas deixa claro que o objetivo do regime era a formação de dois partidos, como ressalta Kinzo (1988, p. 29):

A intenção era, portanto, criar uma estrutura partidária organizada em termos de apoio – ou ausência deste – ao governo: agrupar em um único partido todos os membros do Congresso que endossassem as tendências políticas de sustentação do regime, e em um fraco partido de oposição, as forças políticas remanescentes.

A tendência do regime militar ao sistema bipartidário também é mencionada pelo jornalista Carlos Castelo Branco (1981), logo após a decretação das legislações que culminaram com o bipartidarismo. No trecho que segue, ele relata as intenções do presidente Castelo Branco quanto à nova reorganização partidária que ocorreu em 1965:

7 Dito isso, a partir desse ponto do trabalho serão utilizadas apenas as iniciais AI para representar Ato Institucional e AC para Ato Complementar.

8 O Executivo estadual foi ocupado, durante todas as eleições bipartidárias no Estado, por governadores nomeados, fato que prescinde de uma análise eleitoral interpartidária, visto que todos os governadores indicados eram arenistas.

O Marechal Castelo Branco fez sentir pessoalmente ao senador Felinto Muller e ao deputado Peracchi Barcelos que não interessa ao governo a formação de dois partidos na área de apoio à Presidência da República. O problema do governo é constituir unida e coesa uma base parlamentar a mais segura possível, que lhe dê segurança na tramitação da matéria legislativa e política de interesse governamental. (BRANCO, 1981, p. 89).

Sobre a permanência de características notadamente democráticas em um regime autoritário, como a permanência de partidos disputando votos na arena eleitoral, Kinzo (2005) sinaliza com a ideia de que os militares pretendiam defender a imagem brasileira internacionalmente, uma vez que, nesse período, o Brasil era considerado, segundo ela, um país de periferia do mundo capitalista, e uma ditadura declarada, após a deposição de um governo constitucional, não seria bem visto pela opinião internacional, podendo implicar em grandes perdas de investimentos para o país, o que não era interesse dos militares.

Os fortes laços do Brasil com os Estados Unidos e a participação (indireta) norte-americana no golpe de 1964 fortaleceram a ideia de que o caso brasileiro não podia ser confundido com as muitas ditaduras de republiquetas latino-americanas. (KINZO, 2005, p. 72).

Outra visão que endossa essa teoria de regime híbrido⁹, ou seja, alguns canais de participação abertos com sistema político fechado é a de Fábio Wanderley Reis (2002), que em seu texto, "O eleitorado, os partidos e o regime autoritário brasileiro", faz uma reflexão importante para se perceber quais as razões dessa opção pelo bipartidarismo.

Elas (razões) certamente incluem a visão idealizada do bipartidarismo existente em alguns dos países ocidentais mais avançados economicamente, visão esta que pode ser considerada como integrando o ideário liberal-democrático a que os mentores do regime pós-64 jamais chegaram a renunciar abertamente – e que apa-

9 Essa questão do hibridismo no regime autoritário militar no pós-1964 é levantada por Kinzo (1988), que ressalva a importância de alguns mecanismos democráticos terem sido preservados, como funções essenciais e extremamente importantes para a democracia, como a escolha do presidente da República permaneceram fechadas durante todo o regime.

rentemente impediu a opção por um sistema unipartidário cuja imposição teria sido possível. (REIS, 2009, p. 301).

O sistema de partido único, implantado em diversas democracias latinas nesse mesmo período, foi descartado pelo regime militar brasileiro em detrimento de um sistema bipartidário que, no caso, era mais compatível com o modelo de democracia por eles defendido.

Para Reis (2009), o bipartidarismo colocado pelos militares em 1965 traria dois grupamentos políticos institucionalizados, Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o que seria mais fácil para o regime administrar do que uma multiplicidade de agremiações partidárias. No entanto, enfatiza que essa seria a fórmula dos militares para a organização político-partidária durante o regime, o que veio a acontecer posteriormente com esses dois partidos foram resultados de seu desenvolvimento como instituições políticas.

Grinberg (2009) alerta para o fato de que militares e juristas que elaboraram, durante o regime, leis eleitorais e partidárias, como o AI n. 2 e o AC n. 4, procuravam fazer com que o sistema adotado a partir dessas novas leis não remetesse essas novas organizações a um passado recente, mas buscavam inseri-las em um sistema amplamente moldado por esses autores, nos quais os partidos já teriam sua nova função institucional. “A intenção da extinção dos partidos, com o AI n. 2, era começar do zero, fazer tábula rasa do passado partidário” (GRINBERG, 2009, p. 48).

O sistema bipartidário, criado no período militar brasileiro, deu-se com as peculiaridades descritas acima, ou seja, imposto, organizado e instaurado pelo poder do governo militar, o que facilitaria a sua manipulação pelo regime. Todavia, como se viu, o partido, embora seja instituído pelo governo, ao longo do seu desenvolvimento, como instituição adquire características que o personalizam dentro de determinado contexto, como reforça a teoria weberiana¹⁰.

Visto isso, e tendo que o partido é uma estrutura que se encontra em constante evolução e que não há uma história que sirva para explicar

10 Para Weber o desenvolvimento organizativo de um partido pode distanciar-se profundamente do modelo traçado se ele depender de outras organizações, uma vez que ele é constantemente adaptado por contínuas mudanças ambientais que sempre podem alterar a relação entre as diferentes exigências organizativas, diversamente do que prevê o seu modelo originário.

o desenvolvimento de todos eles de forma genérica, buscar-se-á compreender como esses partidos interagiram para o desenvolvimento da democracia, o exercício da participação política ou para obstaculizar a cidadania, a fim de perceber qual era o projeto de nação que esses partidos propunham para favorecer o desenvolvimento econômico e social do país e do Estado (PANEBIANCO, 2005).

As origens do bipartidarismo: os militares, a ARENA e o MDB

Em outubro de 1965, o presidente Castelo Branco editou o AI n. 2 que, entre outras decisões, pôs fim ao multipartidarismo. O referido Ato, em seu artigo 18, dizia: “ficam extintos os atuais partidos políticos e cancelados os respectivos registros”. Cerca de um mês depois, regulamentando o AI citado, o governo decretou o AC n. 4, que determinou ao Congresso Nacional um prazo de 45 dias para criar organizações que funcionassem como partidos políticos enquanto as legendas não estivessem formalmente constituídas.

Aos membros efetivos do Congresso Nacional, em número não inferior a 120 deputados e 20 senadores, caberá a iniciativa de promover a criação, dentro do prazo de 45 dias, de organizações que terão, nos termos do presente Ato, atribuições de partidos políticos enquanto estes não se constituírem. (BRASIL, 2013).

Em seguida à publicação do AI n. 2 e do AC n. 4, de outubro de 1965, as 13 legendas, que então vigoravam antes das medidas citadas, organizaram-se em torno de dois polos: um oposicionista, de enfrentamento ao golpe e aos projetos dos militares; e outro de apoio ao governo militar. Assim, surgiram o MDB e a ARENA, partidos que por cerca de 14 anos dominaram a cena política brasileira, e que já nasceram com uma suposta predeterminação: a ARENA seria o partido do governo e o MDB representaria a oposição.

Alves (1984) ressalta que o fim dos partidos desarticulou a oposição, pois o AI 2 teria, também, desmembrado a organização dos próprios políticos como interlocutores do movimento de 1964. Ao extinguir os partidos, o AI 2 criava novos conflitos, uma vez que fortalecia o Poder Executivo e gerava um desequilíbrio entre os grupos que apoiavam o movimento.

Além do mais, ao obrigar as forças políticas a se organizarem em dois campos, governista e de oposição, Castelo Branco estabeleceu uma divisão que não considerava todas as características do sistema partidário anterior, diluindo o fato de os partidos representarem muito mais do que apoio ou oposição àquele ou a qualquer regime. No entanto, para muitos políticos, a extinção formal dos partidos não significou cancelamento da vida partidária, uma vez que suas redes de relações permaneceram em boa parte como tais, embora dentro de um só partido.

O resultado do AI 2, combinado com o do AC n. 4, deveria ser, na perspectiva dos militares, a desmobilização dos recursos de poder do sistema partidário anterior, como também de seus eleitores. Buscava-se constituir, por meio desse ato, e pela via do Congresso Nacional, uma base parlamentar ampla, unida e coesa em torno do governo, integrando um partido forte, e outro partido mais fraco, de oposição moderada e construtiva.

O golpe de 1964 e o desenvolvimento da Arena e do MDB no Piauí

No Piauí, a chamada “revolução de 1964”¹¹ teve um aglutinador de simpatizantes com o movimento golpista: o medo da ameaça comunista que Jango representava. A política contra os comunistas aqui no estado já era desenvolvida há longa data¹², e isso facilitou a aproximação de determinados setores com o ideário colocado pelos militares de que eles estavam salvando o país da ameaça vermelha, do atraso e recolocando-o no caminho do progresso.

Segundo Oliveira (2007), o “[...] golpe civil-militar utilizou o discurso comunista para se legitimar, e aqui no Piauí não foi diferente”. Um número bastante significativo de pessoas teria sido induzido a apoiar o golpe, mesmo sem saber do que tratava o movimento, sem ter noção do que seria o comunismo e tampouco terem sentido sua infiltração no Es-

11 É muito comum, em contemporâneos ao regime militar, o uso da expressão revolução em vez de golpe. Embora, para Toledo (1964), tenha representado um golpe contra a incipiente democracia política brasileira nos pós-1946, um movimento contra as reformas sociais e políticas e uma ação repressiva contra a politização dos trabalhadores e o promissor debate de ideias que, de norte a sul, ocorria do país.

12 Para mais informações sobre as discussões em torno do ideário comunista no Piauí, ver Oliveira (2007).

tado. Grande parte dessa legitimação da ideia de comunismo como algo a ser combatido incisivamente é legado à enfática divulgação do discurso anticomunista, disseminado, em ampla maioria, pelo Jornal O Dia (OLIVEIRA, 2007, p. 125).

Na Assembleia Legislativa do Estado, os discursos eram variados, em grande maioria, saudando o movimento golpista. Exemplo disso são as palavras dos deputados pessedistas, Edson Martins da Rocha, ao afirmar que “o presidente deposto pelas forças armadas, João Goulart, desde que assumiu o poder, abandonou a rota da tradição brasileira e estabeleceu o programa de subversão da ordem”, e Wilson Parente da Rocha Martins, que também saudou a atitude dos militares “na solução pacífica da Revolução de 31 de março”.

Outro que se posicionou, mas com uma postura mais contida, foi Celso Barros, deputado pelo PDC, ao afirmar não ser “o momento de emitir juízo de valor sobre os últimos acontecimentos do país”, que era preciso “firmeza de atitude e coragem na hora de decidir a preservação da ordem democrática” e que o povo não podia aceitar que se transformasse “a democracia em instrumento de exploração e vingança”.

No Executivo Estadual, a figura de maior prestígio político no Piauí, e que viria a ser o maior articulador do regime militar no Brasil, o então governador Petrônio Portela, até a data do golpe mantinha-se fiel ao amigo e presidente João Goulart. Sua adesão, em um primeiro momento, foi feita aos legalistas, que se concretizava na figura do presidente deposto, o que foi rapidamente desfeito.

Quando foi deflagrada a revolução e ele supondo que os militares fossem derrotados, Petrônio Portela, então, alvorou-se de revolucionário, mas só por 24 horas, em 24 horas mudou toda a feitura do regime, o perfil do regime. Miguel Arraes foi preso, e os revolucionários, alguns, logo presos. Então, ele com medo de ser preso, aderiu à revolução, deixando os companheiros do outro lado. Eu não diria que ele foi um traidor, mas foi um homem que usou a conveniência política, contrapondo-se aos princípios que ele vinha defendendo como sendo opositor ao regime militar. (COELHO, 2010).

Nas palavras do então deputado estadual pelo PDC, Celso Barros Coelho (2010), transparece a figura de Petrônio como um homem bastante habilidoso com as questões relacionadas à política de seu tempo: em um

curtíssimo espaço de tempo, passou de opositor do regime a uma das figuras mais importantes dentro do governo militar que se instaurou em 1964.

Robert John Silva (1999), em sua tese de doutoramento, também ressalta a importância de Petrônio no tocante à fundação do bipartidarismo no Piauí, em especial, à criação da ARENA.

[...] O poder conquistado pelo esquema Petrônio Portela, como também, a criação da ARENA - tarefa dada a Petrônio Portela pelos militares em 1965 até 1982, quando a oposição reduziu-se a quase nada. Ele trabalhou no processo de indicação de governadores indiretos, onde o critério principal era o de pertencimento ao núcleo familiar no poder. (SILVA, 1999, p. 75).

É claro que outros políticos também contribuíram para a formação e o desenvolvimento da ARENA no Piauí. No entanto, foi Petrônio quem por mais tempo se manteve à frente das decisões mais importantes do partido e aglutinou em torno de si as grandes lideranças da legenda. Essa análise de políticos individualmente, dentro de um contexto, é vista como “[...] a possibilidade de remontar à significação de seu passado e de reavaliar, no presente, o papel dessas pessoas no poder durante o regime militar” (D’ARAÚJO, 1994, p. 151).

Assim, o golpe no Piauí trouxe, em um primeiro momento, uma confusão ideológica sobre o que estaria acontecendo no país naqueles dias que antecederam a este evento, e se tal movimento conseguiria manter-se no poder. Passado esse conflito inicial e com os militares já no comando, era hora de reorganizar as estruturas de poder e pensar nos nomes que viriam a comandar o projeto dos militares nos estados, vista a dimensão continental do país. A cena partidária piauiense, nesse período, teve Petrônio Portela como seu personagem principal e figura fundante dentro dessa nova conjuntura política, uma vez que os dois grupos políticos se dividiriam basicamente em: adeptos de Petrônio – os que figuravam na ARENA; e os opositores dele, que consequentemente, fariam parte do MDB.

Petrônio era um homem que tinha um capital político acumulado muito antes de os militares se instalarem no poder. Contudo, era um estranho no campo político deles, por duas razões: não tinha tradição militar; e outra e mais relevante, fora inicialmente contra o movimento de legalização que levou os militares ao poder. No entanto, transformou-se

em um arauto daquele regime, não só no estado, como nacionalmente.

No estado, dos 42 deputados estaduais eleitos em 1962, 29 foram para ARENA, dentre os quais: 12 eram da UDN; 8, do PSD; 5, do PTB; e 3, da coligação democrática piauiense, que era formada pelo Partido Social Progressista, Partido Republicano e Partido Popular.

Tabela 1 – Deputados Estaduais eleitos no multipartidarismo pré-1964 e suas escolhas com o bipartidarismo

DEPUTADOS ESTADUAIS	Antes do bipartidarismo	Bipartidarismo
Alfredo Alberto Leal Nunes	PSD	ARENA
Humberto Reis da Silveira	PSD	ARENA
Benoni Leal	PSD	ARENA
Sebastião Leal	PSD	ARENA
Odilon Carvalho de Almendra Freitas	PSD	ARENA
Antonio M. Gaioso de A. Castello Branco	PSD	ARENA
Wilson Parente da Rocha Martins	PSD	ARENA
Edson Martins da Rocha	PSD	ARENA
Benjamin Lustosa Nogueira de Araújo	UDN	ARENA
Deusdeth de Albuquerque Cavalcanti	UDN	ARENA
Djalma Martins Veloso	UDN	ARENA
Helvídio Nunes de Barros	UDN	ARENA
João Calixto Lobo	UDN	ARENA
José Odon Maia	UDN	ARENA
José Raimundo Bona Medeiros	UDN	ARENA
José Ribeiro de Carvalho	UDN	-
Nelson de Moura Fé	UDN	ARENA
Paulo da Silva Ferraz	UDN	ARENA
Roberto Couto Raulino	UDN	ARENA
Waldemar de Castro Macedo	UDN	ARENA
Wenceslau de Sampaio	UDN	ARENA
Álvaro de Carvalho Melo	PTB	ARENA
Antônio Barroso de Carvalho	PTB	ARENA
Antônio Machado Melo	PTB	ARENA
Caio Coelho Damasceno	PTB	ARENA
David Paulo Alves	PTB	ARENA

Deusdedith Mendes Ribeiro	PTB	-
Filadelfo Freyre de Castro	PTB	MDB
João Ribeiro de Carvalho	PTB	ARENA
José Martins Nunes	PTB	-
José Alexandre Caldas Rodrigues	PTB	MDB
Manoel Nogueira Lima Filho	PTB	MDB
Pedro Borges da Silva Filho	PTB	MDB
Raimundo de Castro Paixão	PTB	MDB
Pe. Solon Correia Aragão	PTB	MDB
Severo Maria Eulálio	PTB	MDB
Themístocles de Sampaio Pereira	PTB	MDB
Celso Barros Coelho	PDC	MDB
Aluísio de Araújo Costa		-
Aluísio Soares Ribeiro	CDP	ARENA
Pedro Portella	CDP	ARENA
Tertuliano Solon Brandão	CDP	ARENA

Fonte: Assembleia Legislativa do Piauí (2014).

Para a Câmara Federal, de um total de oito deputados, cinco foram para a ARENA: dois do PSD, dois da UDN e um do PTB.

Tabela 2 – Deputados Federais eleitos no multipartidarismo pré-1964 e suas escolhas com o bipartidarismo

DEPUTADO FEDERAL	Antes do bipartidarismo	Bipartidarismo
Francisco das Chagas Caldas Rodrigues	PTB	MDB
Dirno Jurandir Pires Ferreira	PSD	ARENA
Ezequias Gonçalves da Costa	UDN	ARENA
Jacob Manoel Gaioso e Almendra	PTB	ARENA
Heitor de Albuquerque Cavalcante	UDN	ARENA
João de Moura Santos	PSD	MDB
João Mendes Olímpio de Melo	PTB	MDB
Manoel de Sousa Santos	PSD	ARENA

Fonte: Assembleia Legislativa do Piauí (2014).

Para o Senado, os três candidatos eleitos em 1962 foram para a ARENA, deixando o MDB sem nenhum senador quando de sua fundação, e também durante toda a sua existência como partido no Piauí.

Tabela 3 – Senadores eleitos no multipartidarismo pré-1964 e suas escolhas com o bipartidarismo

SENADOR	Antes do bipartidarismo	Bipartidarismo
Joaquim Parente	UDN	ARENA
José Cândido Ferraz	UDN	ARENA
Sigefredo Pacheco	PSD	ARENA

Fonte: Assembleia Legislativa do Piauí (2014).

Esse é o perfil de um partido formado por políticos profissionais socializados entre os anos 1930 e 1950, pertencentes aos principais partidos do período de 1945 a 1965, tendo em comum, a experiência de décadas na vida política nacional.

Após conferir os dados referentes ao adesismo à ARENA, analisar-se-á o desenvolvimento eleitoral do partido durante o regime militar. No Piauí, e com algumas distorções em relação à atuação nacional, a ARENA obteve desempenho eleitoral favorável em todos os pleitos que ocorreram durante a sua existência como instituição partidária, conforme atestam as tabelas que seguem, demonstrando o número de cadeiras obtidas para os cargos de deputado estadual, federal e senador pelos partidos, no período em questão.

Tabelas 4, 5 e 6 – Resultado do número de cadeiras obtidas pelos partidos nas eleições para deputado estadual, deputado federal e senador, sob a vigência do bipartidarismo

Deputado Estadual		
Ano	ARENA	MDB
1966	34	8
1970	17	4
1974	20	4
1978	21	3

Deputado Federal		
Ano	ARENA	MDB
1966	7	1
1970	6	1
1974	7	1
1978	10	0

Senador		
Ano	ARENA	MDB
1966	1	0
1970	2	0
1974	1	0
1978	1	0

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (2014).

Ao analisar as tabelas acima, é importante ter em mente que a Constituição de 1969 alterou o sistema de representação na Câmara Federal, o qual passou a ter como base o tamanho do eleitorado, medida que provocou uma redução do número de cadeiras, buscando ampliar a maioria governamental.

Por isso, a oscilação no número de cadeiras para o cargo de deputado federal, que em 1966 foi de oito, em 1970 já se reduziu para sete; em 1974 voltou a ser oito e, em 1978, aumentou para 10, devido à promulgação da Emenda Constitucional n. 8, de 14 de abril de 1977, que restabeleceu o critério da população como base para o cálculo das bancadas estaduais na Câmara Federal.

Essas tabelas demonstram a supremacia do partido governista, no âmbito do Legislativo, em todas as eleições que ocorreram durante o bipartidarismo instaurado pelos militares no pós-1964. Para o cargo de deputado estadual, tem-se, ainda que escassa, uma representação considerável de parlamentares de oposição. O adjetivo tem sentido ao se observarem os demais cargos analisados, deputado federal e principalmente senador.

Os números oposicionistas em relação aos resultados eleitorais vão ficando cada vez menores; muitas vezes, inexistentes, quando se observa a representatividade nos cargos ao Congresso Nacional, ou seja, Câmara dos Deputados e Senado da República. Para este último cargo, no

Piauí, somente a ARENA teve representantes e, em muitos casos, somente ela teve candidatos concorrendo ao pleito.

No âmbito Legislativo, observou-se a hegemonia do grupo político de Petrônio Portela Nunes, através do domínio eleitoral da ARENA, elegendo todos os senadores e a maioria das cadeiras na Câmara Federal e na Assembleia Legislativa. (SILVA, 1999, p. 75).

No Piauí, observou-se, a partir dos dados coletados no TRE, que foi maior o número de políticos eleitos que se filiaram à ARENA em relação aos que aderiram ao MDB. Esses dados dão conta, ainda, de que foi maior também o número de adesistas ao partido do governo que conseguiram a reeleição no pleito subsequente, ou seja, na primeira eleição na qual o sistema bipartidário vigorou depois do golpe de 1964.

A adesão à ARENA, no estado, era crescente, tanto pelo fato de ser o partido do regime, do governo, como também o lado do governador, do homem que a partir do apoio dos militares, tornou-se o maior potentado político piauiense no século XX.

Como já se conferiu em outro momento quem dos eleitos foi para qual das novas siglas, agora é hora de identificar quais políticos tiveram sucesso na escolha partidária, conseguindo a reeleição pela nova legenda. Assim, logicamente se constatará qual partido se sobressaiu no primeiro pleito após a implantação do bipartidarismo.

Abaixo, seguem tabelas com os nomes de políticos que se elegeram nas eleições de 1962 para os cargos de deputado estadual e deputado federal e que, vinculadamente, para participarem das eleições subseqüentes, optaram por filiar-se às novas legendas (ARENA e MDB) e tiveram a reeleição garantida em 1966.

As tabelas estão divididas entre os políticos com mandato que aderiram à ARENA e ao MDB, quando da instituição do bipartidarismo, a fim de facilitar a leitura do número de adesistas que cada partido recebeu, conseguindo se reeleger na eleição seguinte.

Tabela 7 – Deputados Estaduais eleitos em 1962 que mudaram sua legenda para a ARENA e se reelegeram em 1966

NOME	Partido	Cargo
Antônio Manoel Gaioso Castelo	PSD	Dep. Estadual
Benoni Portela Leal*	PSD	Dep. Estadual
Caio Coelho Damasceno	PTB	Dep. Estadual
Deusdedithe Albuquerque Cavalcante	UDN	Dep. Estadual
Djalma Martins Veloso	UDN	Dep. Estadual
Edson Martins da Rocha	Não Informado	Dep. Estadual
Francisco Das Chagas Ribeiro Magal	PDC	Dep. Estadual
Humberto Reis da Silveira	PSD	Dep. Estadual
João Calixto Lobo	UDN	Dep. Estadual
José Raimundo Bona Medeiros	UDN	Dep. Estadual
Odilon Carvalho de Almeida Freitas	PSD	Dep. Estadual
Pedro Portela	Não Informado	Dep. Estadual
Raimundo Holanda Sobrinho	PTB	Dep. Estadual
Roberto Couto Raulino	UDN	Dep. Estadual
Sebastião Rocha Leal	PSD	Dep. Estadual
Tertuliano Solon Brandão	Não Informado	Dep. Estadual
Helvídio Nunes de Barros*	UDN	Dep. Estadual

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (2014).

*Não aparecem na lista oficial do TRE-PI e, provavelmente, foram convocados em substituição.

A lógica nacional de formar um grande partido, mediante a incorporação da UDN e de grande parte do PSD, também foi refletiva no Piauí. Prova disso são as adesões feitas pelos parlamentares com mandato eletivo que aderiram à ARENA: de um total de 17, cinco eram do PSD; seis, da UDN; três, de partido não informado; dois, do PTB; e um, do PDC. Para Grinberg (2009), a ARENA reuniu a maior parte dos políticos em atividade, quando fundada em 1965.

Em relação aos nomes que mudaram de legenda para o MDB, apenas três parlamentares conseguiram a reeleição na eleição subsequente, em 1966, demonstrando uma supremacia nos números de adesistas ao partido do governo em relação ao de oposição.

Tabela 8 - Deputados Estaduais eleitos em 1962 que mudaram sua legenda para MDB e se reelegeram em 1966

NOME	Partido	Cargo
Filadelfo Freire de Castro	PTB	Dep. Estadual
Manoel Nogueira Filho	PTB	Dep. Estadual
Severo Maria Eulálio	PTB	Dep. Estadual

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (2014).

No que diz respeito à Câmara Federal, a situação ficou ainda mais favorável aos políticos que aderiram à ARENA. Dos deputados federais eleitos em 1962 que aderiram à ARENA, três foram reeleitos contra apenas um do MDB. O deputado federal Chagas Rodrigues, apesar de reeleito, após adesão ao partido de oposição, teve o seu mandato cassado e seus direitos políticos suspensos por 10 anos.

Tabela 9 - Deputados Federais eleitos em 1962 que mudaram sua legenda para a ARENA e se reelegeram em 1966

NOME	Partido	Cargo
Ezequias Gonçalves Costa	Não Informado	Dep. Federal
Heitor de Albuquerque Cavalcante	Não Informado	Dep. Federal
Manoel de Sousa Santos	Não Informado	Dep. Federal

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (2014).

Tabela 10 - Deputado Federal eleito em 1962, que mudou sua legenda para MDB e se reelegeu em 1966

NOME	Partido	Cargo
Francisco das C. Caldas Rodrigues	PTB	Dep. Federal

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (2014).

Os candidatos eleitos ao senado, em 1962, José Cândido Ferraz e Sigefredo Pacheco filiaram-se à ARENA, não se candidataram à reeleição, mas se mantiveram na alta cúpula do partido, o primeiro sendo um dos responsáveis pelo sucesso político inicial da carreira de Petrônio e, posteriormente, um dos seus nomes de confiança.

A maioria desses políticos, de diversos partidos extintos, procurava uma maneira de reafirmar a sua história política e delimitar o seu território nessa nova composição partidária imposta pelo regime, e a ARENA, nesse momento, era um interessante atrativo para aglomerar as pretensões de quem pretendia continuar no jogo eleitoral. Esses políticos adesistas tinham a necessidade de elaborar estratégias para preservar a identidade de sua organização porque sabiam que era através dela que se entrava eleitoralmente na disputa e se comunicavam com seus eleitores desde 1945 (KINZO, 1988).

A grande maioria desses nomes, segundo José Lopes dos Santos (1991), atuava em um espaço onde avultava o resguardamento dos interesses das oligarquias tradicionais das décadas de 1950 e 1960 e que iriam permanecer por um longo período no cenário político piauiense e na história política desse Estado.

A formação do grupamento partidário MDB, no Piauí, deu-se em base ideológica majoritariamente moderada e construtiva. Esse grupo tinha uma bandeira que unia os propósitos de seus membros: o combate ao regime militar e ao que ele representava. Outros grupos políticos, formados fora do arranjo institucional do regime militar, também faziam oposição ao regime, mas de forma mais enfática, como: a União Nacional dos Estudantes, a Pastoral da Terra, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Piauí, Ação Católica Operária, Juventude Operária Católica, Oposição Sindicato dos Motoristas Autônomos, Pastoral da Periferia e Movimento Contra a Carestia, entre outros.

Durante a sua fundação e vivência no Estado, o seu inimigo político principal, ou quem eles deveriam atingir para obter certa vitória eleitoral, seria a figura astuta e perspicaz de Petrônio Portela, o grande nome da ARENA no Estado, e muitos ousam dizer, no Brasil. Essa missão fragilizou um tanto a sua gênese, tendo em vista o poder cooptador do então governador, o que provavelmente fez do MDB piauiense um partido com pouca expressão eleitoral.

Sobre a fundação do MDB no Piauí, Bardawil (1999) comenta que se deu de forma incipiente e a conta-gotas: “O MDB do Piauí era muito fraco e o Oscar Passos ficou alguns dias em Teresina tentando fazer contatos para ver se conseguia, pelo menos, atrair algum cara da ARENA

que quisesse organizar o MDB lá”¹³. Conforme dito antes, em algumas regiões brasileiras, a formação do MDB dava-se com auxílio de políticos arenistas devido à dificuldade em aglutinar candidatos para criar a sigla. No entanto, no Estado, apesar de muitos esforços, a origem do MDB teve em sua base políticos que de fato se opuseram ao regime.

Esse momento descrito por Bardawil (1999), em seu livro "O repórter e o poder" também é presente na memória do ex-líder emedebista na Assembleia Legislativa do Estado, Bruno dos Santos (2013):

Veio fundar o MDB aqui no Piauí o deputado Chagas Rodrigues, veio com o primeiro presidente do MDB no Brasil, senador pelo Amazonas, nem se reelegeu, o Oscar Passos. Trouxeram um livro para a gente assinar, eu assinei, nem o Themístocles Sampaio, nem o Celso Barros puderam assinar, porque estavam cassados, esses aí nunca saíram do MDB, principalmente o primeiro, nunca mudou de partido, o Celso ainda saiu, foi para a ARENA e voltou, o Themístocles toda vida foi do MDB, lutando pelo MDB. (SANTOS, 2013).

Para Bruno dos Santos (2013), foi muito difícil a constituição do MDB no estado do Piauí, o que deveria não diferir muito do contexto de outros estados, salvo algumas exceções. Segundo ele, mesmo o estado possuindo mais de uma centena de municípios, apenas Floriano, Parnaíba, Picos e Pedro II, tinham uma diretoria partidária constituída. Nos outros municípios, “[...] para fazer um partido desse era uma luta porque todo mundo tinha medo, a revolução cassava todo mundo, fazendo as maiores ameaças, muito sério durante esse período” (SANTOS, 2013).

Quem também comenta sobre a fundação do partido no estado é Constantino Pereira (2001), em seu livro "Lembranças e histórias de uma vida". O ex-deputado e presidente regional do MDB defende a tese de que o MDB teve bases ideológicas mais fortes em sua fundação do que o partido governista. Exemplo disso são as três legendas criadas dentro do partido situacionista, fruto das cisões intrapartidárias ocorridas dentro do seio arenista. Nessas condições, lembra Constantino, ocorreram casos de três candidatos a prefeito, em disputa dentro do mesmo partido, pelas legendas 1, 2 e 3.

13 Oscar Passos foi o primeiro presidente do MDB e o responsável pela busca de nomes para compor o partido, ele fez viagens em todo o território nacional tentando concretizar essa tarefa. Bardawil (1999) era um jornalista político encarregado de acompanhar determinados políticos a fim de registrar as atividades realizadas por eles.

Já no MDB não havia essa controvérsia, porque os políticos que o procuravam não chegavam a formar mais de uma legenda, toda ela sintonizada na luta contra o governo militar e seus atos de prepotência. No Piauí, o primeiro presidente desse partido foi o deputado Chagas Rodrigues, até que foi cassado. O segundo fui eu, que passei quatro anos nesse posto. (SOUSA, 2001, p. 74).

Para Manoel Lopes Veloso, “os quadros mais expressivos da legenda” durante sua vivência no Estado, seriam: José Bruno dos Santos, Severo Maria Eulálio, Oscar Eulálio, Constantino Pereira e Filadelfo Freire de Castro. Fizeram também parte da formação inicial do partido o ex-governador Chagas Rodrigues, José Alexandre Caldas Rodrigues, Nogueira Filho e Themístocles Sampaio Pereira. Com representação política na capital, ou entre os emedebistas que defendiam o partido em Teresina, estavam os filiados José Soares de Albuquerque, Josíprio Lustosa, João Mendes Nepomuceno Neto, Aerton Cândido Fernandes, João Mendes Olímpio de Melo, João de Moura Santos e Celso Barros. Muitos desses nomes não constam na ata de fundação do partido por algum impedimento legal, como foi o caso de Themístocles Sampaio, Celso Barros e José Alexandre, que estavam com os direitos políticos suspensos.

Abaixo, seguem nomes de piauienses que constavam na lista da diretoria nacional do MDB e que, por conseguinte, ajudaram na fundação do partido no Estado e em seus respectivos municípios.

Figura 1 - Piauienses que assinaram a Ata de Fundação do MDB Nacional

P I A U Í : João Mendes Olímpio de Melo, Francisco das Chagas Caldas Rodrigues, João de Moura Santos, Wilson Dias Ferreira, Constantino Pereira de Sousa, Iracema dos Santos Rocha da Silva, Oscar Nogueira Eulálio, Severo Maria Eulálio, Filadelfo Freire de Castro, Manoel Nogueira Filho, Pe. Solen Corrêa de Aragão, Pedro Borges da Silva Filho, Raimundo de Castro Falcão, David Paulo Alves, Reginaldo dos Santos Pardo, João Batista Barbosa de Deus, Francisco Xavier de Almeida, Antonio Martins Soares, Ovídio Lago Júnior, Antonio Ribeiro Dias, Francisco das Chagas Bezerra Rodrigues, Raimundo de Sá Urtiga, Antônio Borges Lani, Tomás Café de Oliveira, José Bruno dos Santos, Paulo Rubens Fontenelo, João Soares Neto, Flávio Ribeiro da Paz, Eulálio Melo, Hamilton de Melo Rabelo, Raimundo Martins de Sousa, Alberto de Freitas Santos, José Alves de Lólio Veras, Manoel Ferreira Lima, Francisco Ribeiro de Castro, José da Silva Dias, Pedro Ribeiro Soares, Elói do Amarante Brandão, José Cronemberger, Paulo Cavalcante de Sousa, Anacleto da Silva, Casemiro Mendes de Carvalho, Aderson Mendes Filho, Lindolfo Dantas de Alencar, Raimundo Santana Cronemberger, Antônio Diego Lustosa, João Mendes Nepomuceno Neto, Maurício Fontenelo.

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (2014).

Dentre esses nomes, João Mendes Olímpio, João de Moura Santos e Francisco das Chagas Caldas Rodrigues eram deputados federais, inclusive, esse último, figurando como um dos quatro representantes nacionalmente constituídos do partido junto ao TSE para fins de registro partidário. Constantino Pereira de Souza havia sido candidato a governador nas eleições de 1962 e era um dos grandes nomes do MDB no estado. Severo Maria Eulálio, Filadelfo Freire de Castro, Manoel Nogueira Filho, Padre Solon Correa de Aragão, Pedro Borges, Raimundo de Castro Paixão e David Paulo Alves eram deputados estaduais. Edison Dias Ferreira, Reginaldo dos Santos, João Batista, Francisco Xavier de Almeida e Antônio Martins Soares eram suplentes de deputado estadual. Os demais nomes eram de lideranças políticas em seus respectivos municípios, como Iracema dos Santos Rocha e Paulo Rubens Fontenele, em Teresina; José Bruno dos Santos, em Floriano; Eudóximo Melo, em União; e José da Silva Dias, em Canto do Buriti.

No Piauí, o MDB formou-se com quadros do ex-PTB, do PSD, do PDC e de partidos menores. Sua composição, a partir de parlamentares com mandato eletivo, revela uma postura local semelhante à divisão de parlamentares em nível nacional, que era a maioria para o partido governista e outra pequena parte para a oposição institucionalizada.

Dos oito deputados federais que representavam o estado nesse período, cinco foram para a ARENA e três, para o MDB, os já citados, revelando de início certo alinhamento do MDB piauiense com o MDB nacional. Dos cinco deputados que seguiram para o partido governista, dois eram oriundos do PSD e três, da UDN; e dos três que se uniram ao MDB, dois vieram do PTB e um, do PSD. Na Assembleia Legislativa, de uma bancada de 42 deputados eleitos em 1962, apenas oito foram para o MDB, dos quais: sete eram da PTB; um, do PDC, um partido formado com forte influência da orientação trabalhista. Em relação ao Senado, no Piauí não houve adesão de senadores ao MDB, tampouco o partido conseguiu eleger algum durante toda sua existência como organização partidária.

Comparando os números de adesistas ao MDB e à ARENA, a partir dos cargos de deputados estaduais, federais e senadores, percebe-se que o partido situacionista saiu em vantagem para todos os cargos e, como se viu anteriormente, os que aderiram à ARENA também tiveram melhor aproveitamento eleitoral na eleição subsequente à implantação do

bipartidarismo, demonstrando o quanto foi difícil a formação do grupo de oposição e como o seu desenvolvimento eleitoral foi fragilizado pela força do regime aqui no Estado. Entretanto, os seus membros permaneciam tentando conseguir uma representação parlamentar que desse mais visibilidade aos seus discursos de oposição aos militares, mesmo com as atitudes restritivas que lhes eram impostas.

No Piauí, o desempenho eleitoral do partido de oposição contrasta com o já observado em nível nacional. Enquanto na maioria dos Estados brasileiros, o MDB seguiu, desenvolvendo-se a ponto de eleger mais deputados federais e, em alguns casos, com votações mais expressivas para o Senado que a ARENA, na maioria das eleições bipartidárias, o MDB piauiense andava muito aquém do desempenho eleitoral arenista.

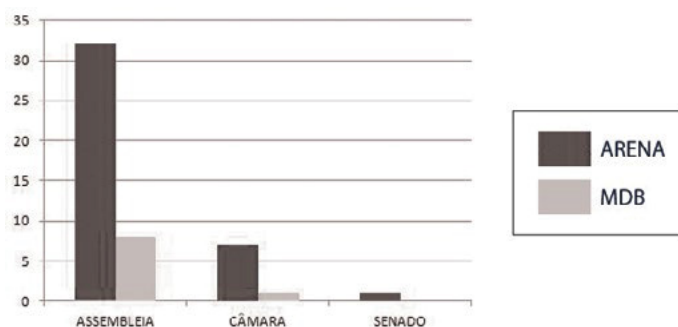
Na perspectiva de uma trajetória rumo à democracia, o MDB no Piauí teve um desempenho diferente. De fato, até mesmo inverso ao que estava acontecendo com o MDB nacional. Enquanto o MDB nacional, que esteve em ampla desvantagem em relação à ARENA nos anos 60 e início da década de 70, cresceu significativamente nos anos seguintes da mesma década, no Piauí sempre demonstrou fragilidade. Além disso, nos anos 70, sofreu uma drástica redução de sua bancada, tanto federal quanto estadual, de forma que nas eleições de 1978 teve o seu pior desempenho eleitoral, enquanto o MDB nacional alcançou a melhor marca de sua história nestas mesmas eleições. (SÁ, 2011, p. 65).

Na primeira eleição após o bipartidarismo, que ocorreu em 1966, das 42 cadeiras em disputa para a Assembleia Legislativa, o MDB elegeu apenas oito: Severo Maria Eulálio, Filadelfo Freire de Castro, Edison Dias Ferreira, Manoel Nogueira Filho, José Francisco da Paz, Constantino Pereira de Sousa, Raimundo Sá Urtiga e Abdon Martins Nunes. Para o Legislativo Federal, a situação era ainda mais crítica: das oito cadeiras destinadas ao Piauí na Câmara, apenas uma foi conquistada pela oposição, onde foi eleito Francisco das Chagas Caldas Rodrigues.

No entanto, essa conquista da oposição sucumbiu em 1969, quando este deputado foi cassado e teve seus direitos políticos suspensos por 10

anos¹⁴. A eleição para o Senado teve Padre Solon Correia de Aragão disputando contra Petrônio; apesar de não ganhar a disputa, a participação do padre foi considerada vitoriosa por muitos emedebistas, os quais entenderam serem os 74.065 votos conquistados pelo padre contra os 136.054 de seu adversário uma demonstração de que a oposição encontrava seguidores de sua posição de enfrentamento ao regime no Estado.

Gráfico 1 – Relação de desempenho do MDB frente à ARENA nas eleições de 1966



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (2014).

Esse desempenho inicial do MDB nas eleições de 1966, no Piauí, foi o que mais se aproximou dos números nacionais. Não que os números no Estado representem o mesmo significado do contexto nacional, mas as circunstâncias dessa eleição realizada logo após a instituição dos partidos, e estando o MDB sem uma estrutura pré-existente de campanha, já que a ARENA, como partido do governo, herdou a maioria dos diretórios municipais e estaduais, abocanhando grande parte da máquina política existente no país, fez com que as oposições saíssem meio que despreparadas para o pleito.

Esses dados no Piauí, inicialmente, parecem demonstrar um partido ainda em vias de organização, sem uma estratégia eleitoral eficaz para enfrentar o partido situacionista, mas, além disso, era também um partido amedrontado pelas práticas do regime militar, que tanto assombravam

¹⁴ Em sessão solene realizada no dia 06 de dezembro de 2012, a Câmara dos Deputados devolveu simbolicamente o mandato do piauiense Chagas Rodrigues, eleito pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) em 1966, com 17.742 votos, mas cassado pelo regime militar em 24 de setembro de 1969 (CÂMARA, 2013).

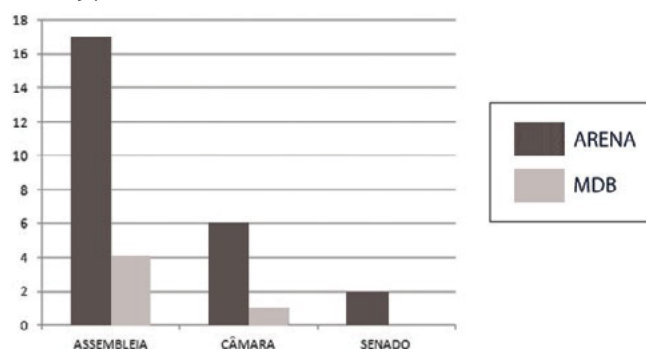
a oposição com seus hábitos autoritários¹⁵, como também fomentavam a ARENA, que nesse pleito saiu bastante fortalecida, fragilizando, consequentemente, o partido oposicionista.

Sobre a organização partidária do MDB no Estado, viu-se que ela não chegou a ser eficaz a ponto de eleitoralmente igualar-se ou ultrapassar a ARENA nas eleições, mas houve, sim, uma organização do partido e de seus membros no combate ao regime, só que isso não foi reflexivo nas urnas.

Nas eleições de 1970, os números emedebistas nos parlamentos federais e estaduais sofreram pequenas oscilações, mas se mantiveram quase inalteráveis: para a Assembleia Legislativa, a ARENA ficou com 86 % das vagas, contra 14% do MDB; e na Câmara Federal, o primeiro ficou com 80%, e o segundo, consequentemente, com 20%.

Nesse pleito, havia duas cadeiras para o Senado, as quais foram preenchidas na totalidade por arenistas. Foi uma eleição em que se marcava um maior distanciamento entre os níveis nacionais e o local. Já havia se passado mais de quatro anos da instituição da legenda, ela já estava organizada, pelo menos como organização partidária e, no entanto, era mais um resultado eleitoral que a colocava no caminho inverso da ascensão arenista e a distanciava também dos números do MDB nacional.

Gráfico 2 - Relação de desempenho do MDB frente à ARENA nas eleições de 1970



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (2014).

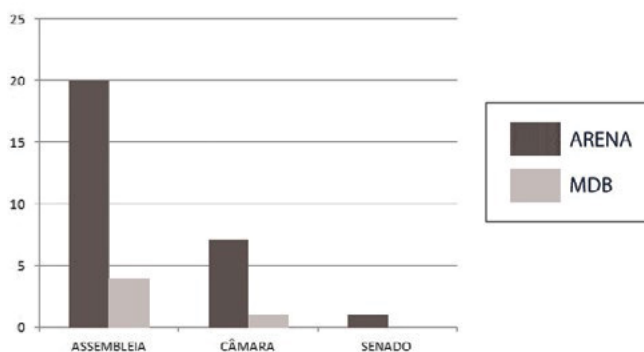
Em 1974 ocorrem novas eleições e o padrão nacional mudou sig-

¹⁵ Como foram as diversas cassações, com base no AI 1 e no AI 5.

nificativamente, como já comentado antes, caminhando para um nível de competição verdadeiramente bipartidária, com duas legendas competitivas, fato que pode ser comprovado a partir de dados contidos em Schmitt (2000), o qual mostra que, na Câmara Federal, a representação ficou 44% para o MDB e 56% para a ARENA, revelando uma postura mais equilibrada na competição eleitoral entre os dois partidos, em nível nacional.

No entanto, no Piauí, o padrão de desenvolvimento continuou o mesmo, já que os números para a Assembleia Legislativa igualaram os do pleito de 1966. A ARENA ficou novamente com 87,5% das vagas e o MDB, com 12,5 %, na Câmara Federal. A oposição permaneceu decrescendo a sua representação, tendo obtido o pior número entre as três últimas eleições bipartidárias ocorridas durante o regime, ficando com 13% das cadeiras, enquanto os arenistas abocanharam os 87% restantes.

Gráfico 3 – Relação de desempenho do MDB frente à ARENA nas eleições de 1974



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (2014).

A eleição de 1978 era vista pela oposição emedebista e por grande parte da imprensa como uma vitória antigovernamental do MDB, uma vez que, apesar de todos os contratempos impostos pelos militares aos

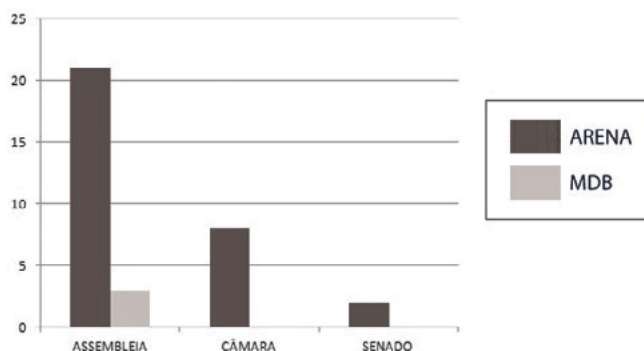
oposicionistas, como a Lei Falcão¹⁶ e a figura do senador biônico¹⁷, que foram instituídos com o escopo de barrar o crescimento emedebista que vinha ocorrendo desde 1974, eles ainda conseguiram para o Senado uma vantagem de 4.291.202 votos, e vitória em Estados considerados política e economicamente importantes, como: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (ALVES, 1974).

Essas duas últimas eleições sob a vigência do bipartidarismo tiveram mudanças significativas na representação da oposição, que vinha ascendendo e comprometendo a representação da ARENA, como relatado em Kinzo (1988) e Schmitt (2000). Nessa última eleição, o MDB conseguiu eleger mais senadores nas urnas do que a ARENA, o que, nem de longe, conseguiu-se vislumbrar no Piauí.

16 A Lei Falcão, entre outras coisas, impedia o acesso dos candidatos ao rádio e à televisão para debaterem suas ideias e exporem o programa de seus partidos, bem como a interpretação que a estes programas cada um dava. Esta medida prejudicou enormemente as campanhas majoritárias oposicionistas e a divulgação das posições dos candidatos recém-chegados à competição eleitoral e que tinham a possibilidade de enfrentar com maior fervor o regime.

17 Através de medidas eleitorais autoritárias, outorgadas em abril de 1977, o governo, para garantir sua maioria no Senado, reservou-se o direito de nomear um senador em cada Estado escolhido dentre os notáveis do partido que o apoiava. Isso ocorreu após estrondosa vitória nas eleições de 1974 do partido oposicionista, que elegeu 16 das 22 cadeiras senatoriais então em disputa. Por isso mesmo, uma das novidades do chamado pacote de abril foi a criação da eleição indireta para 1/3 dos senadores, logo denominados pejorativamente de biônicos (ALVES, 1974).

Gráfico 4 – Relação de desempenho do MDB frente à ARENA nas eleições de 1978



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (2014).

O gráfico 4 demonstra a fragilidade do MDB no Estado, enquanto a oposição nacional se sobrepunha em número de votos, o partido de oposição no Piauí, os emedebistas, não conseguiam eleger nenhum deputado federal e nenhum senador, alcançando os piores índices em termos de representação como legenda no Estado.

De acordo com Silva (1999), os militares e seus representantes no Estado utilizaram variadas artimanhas políticas para manter a oposição emedebista resumida e quase escassamente inviável, o que de certa forma, no âmbito eleitoral, foi exitoso, pois sob o comando de Petrônio Portela, foi vitoriosa na quase totalidade dos pleitos em que concorreu durante o regime militar.

Os dados expostos evidenciaram o MDB piauiense com uma postura dissonante da observada no partido em nível nacional, que inicialmente se mostrou frágil, mas com o desenvolver dos pleitos foi ganhando forças e chegando às últimas eleições como um grande partido, impondo sua força nas urnas, pondo o regime em situação de preocupação com o caráter da nova oposição que se formava, fundamentalmente depois de 1974. No Piauí, o MDB não se colocou como força política eleitoral forte; seu número de representantes recuava pleito após pleito, chegando a quase sucumbir nas últimas eleições.

No Piauí, mais que um partido, o MDB tornou-se um movimento, uma bandeira de luta contra os militares que estavam no poder. Sendo

assim, apresentava um perfil razoavelmente homogêneo e atuava contra o governo e contra as prepotências do regime. A insistência de seus partidários na política, no pós-64, mesmo diante das dificuldades impostas pelo regime, foi o que lhe deu maior dimensão, mais do que realmente eles mostravam nas urnas.

Considerações finais

Discutir o regime militar autoritário no Brasil é tratar da história recente do país, que ainda está, por assim dizer, a ser descoberta. São inúmeros os fatos desse momento tão intrigante da história brasileira, que dividem opiniões e ainda são pouco estudados. Exemplo maior que ilustra o primeiro caso é a questão da natureza do movimento de março de 1964. Terá sido revolução ou golpe? Intelectuais dividem suas análises, mas é visível que a grande maioria acata a ideia de golpe, que é uma ruptura e uma substituição da ordem jurídica e política, e não uma quebra na hierarquia social e política do país, como preconiza uma revolução. Outro ponto que merece uma luz, dentro desse contexto, e que reflete um pouco da segunda afirmação colocada, são os partidos que atuaram nesse período, ARENA e MDB, os quais são pouco estudados, permanecendo, em muitos casos, apenas com a pecha que lhe foi atribuída ainda no tempo do regime, a qual os intitulavam de partido do sim, e partido do sim, senhor.

Afastando-se do imbróglio com o qual compartilham inúmeras análises sobre o que teria ocorrido em março de 1964, fica a discussão, base desse estudo, sobre o regime instaurado por esse mesmo ato e suas relações com o novo sistema de partido proposto por ele.

Esse governo trouxe uma nova forma de administrar o país, caracterizada pela marca do autoritarismo, e isso se refletiu diretamente na representação partidária: as 13 legendas que se articulavam na arena eleitoral de então e que disputavam a preferência do eleitor, foram suprimidas e substituídas por uma “fórmula eleitoral” – AI nº 2 e o AC nº 4 – que deu surgimento ao sistema de dois partidos, que vigorou por 14 anos durante o regime militar.

Tal imposição foi discutida nesse trabalho, levantando a ideia de que era o bipartidarismo o sistema mais compatível com a democracia que os militares queriam implementar, ou seja, nem se instituiu o partido

único, como ocorreu na grande maioria dos países latino-americanos (que também estavam vivenciando governos autoritários), mas também não se permitiu a existência de uma multiplicidade de partidos, como os que existiram no pós-1945 e início do período comandado pelos militares. Era uma maneira de preservar alguns mecanismos democráticos dentro de um regime autoritário.

Esses novos partidos reuniram em dois blocos todas as tendências político-partidárias que existiam na arena eleitoral de então. Eram legendas diluídas e reformuladas sob novas perspectivas: uma de apoio ao regime, e outra de enfrentamento ao que ele representava. A ARENA e o MDB reuniram as tendências pró e contra regime, eles atuaram em um sistema de partidos montado pelos militares que vigorou por 14 anos e representou inúmeros políticos ao longo de seis pleitos eleitorais.

Os dados mostraram dois partidos distintos: um de grande evolução eleitoral, poderio político forte e hegemônico em todos os pleitos disputados; o outro, eleitoralmente mais acanhado, desenvolveu-se pouco, chegando quase a sucumbir em representação parlamentar nas últimas eleições que disputou.

No entanto, a análise não poderia se basear somente em resultados eleitorais, e é nessa perspectiva que, atrelado aos dados eleitorais, fez-se uso das fontes hemerográficas, orais e de documentos políticos, para mostrar que, além de um partido com pouca representação parlamentar, o MDB foi uma sigla de pessoas que, mesmo diante das adversidades, permaneceram fazendo oposição ao regime no Estado, fato que também deve ser levado em consideração ao se fazer uma discussão sobre uma instituição partidária oposicionista de atuação dentro de uma arena político-eleitoral que vivia sob o jugo de um regime autoritário.

A ARENA, como foi visto através dos dados eleitorais, foi vitoriosa em todos os pleitos que disputou no Estado, apresentando uma evolução eleitoral que superou em números a evolução do partido em nível nacional. O declínio que o partido experimentou nos últimos anos na maioria dos estados brasileiros, não foi observado no Piauí; pelo contrário: os últimos pleitos consagraram a sigla situacionista no Estado.

Do lado oposto ao da ARENA estava o MDB, com escassa representação nos parlamentos federais e estaduais, e fora do alinhamento do partido em âmbito nacional. Enquanto, nacionalmente, o partido apre-

sentava uma linha evolutiva eleitoral gradual e satisfatória para as pretensões da legenda (desenvolveu-se durante os governos militares a ponto de nos últimos pleitos colocar o regime em estado de alerta para o franco desenvolvimento da oposição), no Estado, teve uma evolução eleitoral que não preocupou em demasia o comando da chamada revolução.

Apesar de os dados eleitorais comprovarem larga margem de votos e cadeiras nos parlamentos federal e estadual, a ARENA, frente ao MDB, durante os anos em que eles disputaram as eleições, deve-se levar em consideração a estrutura partidária herdada por aquela legenda e o apoio maciço dos militares para o seu sucesso eleitoral, pois como se percebeu, a ARENA era o partido oficial dos governos militares. Em contrapartida, ficava o MDB sem uma máquina de campanha que lhe favorecesse eleitoralmente, e com grande parte dos políticos que compunham os seus quadros no Estado, temerosos com o tipo de represália que poderiam sofrer caso fizessem uma oposição mais enfática. No entanto, continuavam a se reunir e a se articular contra o regime, dentro do possível àquela época.

Esse trabalho buscou ir além das definições superficiais de representação política durante o regime e trouxe ao leitor, através de dados eleitorais, documentos políticos, hemerográficos e da memória coletiva, mais uma forma de olhar os partidos políticos durante os governos que se sucederam no pós-1964, no Piauí.

Para Le Goff (2003, p. 50), há pelo menos duas maneiras de se contar um fato: um que parte da memória coletiva, e outro do historiador, do pensador social. “A primeira é essencialmente mítica, deformada e anacrônica, mas constitui o vivido de uma relação nunca acabada entre o presente e o passado. A segunda maneira parte do intelectual, e cabe a ele os esclarecimentos e a “retificação” dos erros aos quais a memória está suscetível”.

Dessa forma, foi isso que se tentou trazer com a discussão desse trabalho: uma perspectiva de olhar esse momento da história brasileira sob diversas fontes, cada uma revelando seu ponto de vista que, muitas vezes, se entrelaçavam e, em outros momentos se dividiam, e mesmo assim, ajudaram a entender um pouco mais o objeto desse estudo. Enfim, esse trabalho trouxe uma nova proposta para perceber os partidos e o regime: houve golpe, regime autoritário, partidos políticos, oposição e situação, tudo dentro de uma ordem legal, a nova ordem legal instituída pelos governos militares no pós-1964.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil: 1964-1984**. Petrópolis: Vozes, 1984.

BARDAWIL, José Carlos. **O repórter e o poder: uma autobiografia**. São Paulo: Alegro, 1999.

BRANCO, Carlos Castello. **Os militares no poder: de 1964 a 1968**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

BRASIL. Ato Complementar nº 4. Estabelece critérios para a formação dos novos partidos políticos que vigeriam no Brasil no pós-1964 até 1978. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília.

COELHO, Celso Barros. Entrevista concedida a Joana Gomes Neta. Teresina, 17 out. 2010.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (Org.). **Visões do golpe: a memória militar sobre 1964**. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

DICIONÁRIO histórico-biográfico brasileiro pós-1930. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

DREIFUSS, René A. **1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada: as ilusões armadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GRINBERG, Lúcia. Uma memória política sobre a ARENA: dos revolucionários de primeira hora ao partido do sim, senhor. In: AARÃO REIS, Daniel et al. (Org.) **1964: 40 anos depois**. Bauru: EDUSC, 2004.

_____. **Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) - (1965-1979)**. Rio de Janeiro: Mauad, 2009.

JAGUARIBE, Hélio. **Brasil: crise e alternativas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

KINZO, Maria Dalva Gil. Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 65-81, 2005.

_____. **Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)**. São Paulo: Vértice, 1988.

LAMOUNIER, Bolívar; MENEGUELLO, Raquel. **Partidos políticos e consolidação democrática**. O caso brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LAVAREDA, Antônio. **A democracia nas urnas**: o processo partidário eleitoral brasileiro entre 1945 e 1964. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1991.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão. 5. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003.

MATOS, Luís Salgado de. **O estado de ordens**. Ciências Sociais. Lisboa, 2004.

MEDEIROS, Antônio José. **Movimentos sociais e participação política**. Teresina: CEPAC, 1996.

MILL, John Stuart. **Considerações sobre o governo representativo**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília. 1981

MOTTA, Marly Silva da. **Grandes vultos que honraram o Senado**. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v. 1, 1996.

OLIVEIRA, Marylu Alves de. **Contra a foice e o martelo**: considerações sobre o discurso anticomunista piauiense no período de 1959-1969 – uma análise a partir do Jornal O Dia. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2007.

PANEBIANCO, Ângelo. **Modelos de partido**: a organização e poder nos partidos políticos. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

REIS, Fábio Wanderley. **O eleitorado, os partidos e o regime autoritário brasileiro**. SciELO Books. 2009. p. 279-305. ISBN: 978-85-99662-793. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: dez 2013.

SÁ, José Marcílio de. **A organização institucional do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e sua atuação na arena eleitoral do Estado do Piauí: 1986-2006**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Piauí, 2011.

SANTOS, José Bruno dos. **Transpondo barreiras**. Floriano, 1995.

_____. **Entrevista concedida a Joana Gomes Neta**. Teresina, 15 dez. 2013.

SANTOS, José Lopes dos. **Política e outros temas**. Teresina: Gráfica Mendes, v.2, 1991.

SCHMITT, Rogério. **Partidos políticos no Brasil: (1945- 2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

SILVA, Roberto John Gonçalves da. **Metamorfose das oligarquias**: o caso do Piauí. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil**: de Castelo a Tancredo 1960 a 1985. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOARES, Hilda Braga. **Sistemas eleitorais do Brasil (1821 - 1998)**. Brasília: Subsecretaria de Edições Técnicas - Senado Federal, 1990.

SOUSA, Constantino Pereira de. **Lembranças e histórias de uma vida**. Teresina. 2001.

SOUZA, Maria do Carmo Campelo de. **Estado e partidos políticos no Brasil**: 1930-1964. São Paulo: Alfa-Ômega, 1990.

TOLEDO, Caio Navarro. **1964**: por que golpe e não revolução. São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.cecac.org.br/>>. Acesso em: dez. 2013.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. 4. ed. Brasília: UNB, v. 2, 2000.